



SONORIZAÇÃO * ILUMINAÇÃO
PROJEÇÃO*PAINEL DE LEDS
ESTRUTURAS Q30 * GERADOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2025

Ilustríssimo Senhor, Pregoeiro.

(JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.009.229/0001-29, com sede na Rua Octacílio Jose Dias nº 35, Bairro: Passo das Pedras na cidade de Porto Alegre, estado Do Rio Grande do Sul, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 165, da Lei nº 14.133/21, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO,



Contra nossa desclassificação, dessa digna Comissão de Licitação que julgou inabilitada a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 97.009.229/0001-29, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após a análise da documentação apresentada pelo licitante, a Comissão de Licitação culminou por julgar desclassificada a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 97.009.229/0001-29, ao arremio das normas edilícias.

“04/07/2025 10:40:01 - Sistema - O fornecedor JP PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI foi desclassificado para o lote 0001 pelo pregoeiro.”

“04/07/2025 10:40:01 - Sistema - Motivo: Foi constatado que a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI, CNPJ 97.009.229/0001-29, sofreu a aplicação de penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Campo Bom/RS, pelo prazo de 2 (dois) anos, com início em agosto de 2023.”

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar conforme itens:

2. DA CONDIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes que:

2.1.1. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;

2.1.2. Atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;

2.1.3. Estejam devidamente cadastrados junto ao Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.3.1. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.2. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:

2.2.1. A suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;

2.2.2. Atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;

2.2.3. Ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições da declaração;

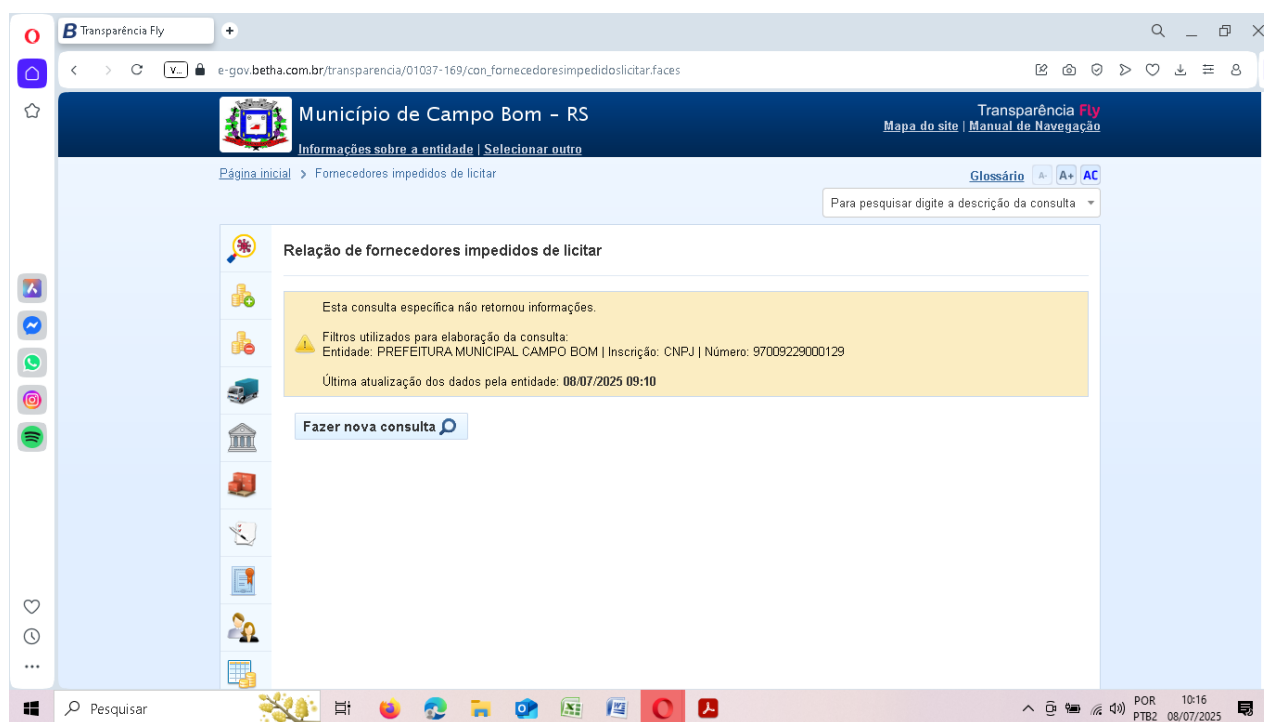
2.2.4. Estar em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.5. A reunião de empresas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.7. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Ou seja, a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. Se quer possui penalidade junto a esta prefeitura, conforme consta em print do site da mesma.





Art. 3º da lei 8.666, diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, apresentou a proposta mais vantajosa para o município. E além, vários atestados de qualificação técnica, registrados e homologados pelo CREA-RS.

Ainda no tocante do técnico, possuímos um rol de estrutura, equipamentos e materias próprios.

É dever do administrador público seguir as égides do ordenamento jurídico, tendo em vista que o procedimento licitatório tem e deve ser pautado na tutela à competitividade e alcance da proposta mais vantajosa e coerente para a administração pública, sem macular o direito dos licitantes.

Cumpre destacar que a requerente se nutre dos melhores esforços para promover a escoreita aplicação dos princípios de direito público, especialmente para fins de exigir que a vinculação ao instrumento convocatório seja aplicada em sua íntegra e com a total segurança jurídica que deve se ativer.

É sabido de todos que a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA cumpriu plenamente toda e qualquer exigência editalícia, tanto quanto o melhor e menor valor de contratação para administração.

Mesmo havendo penalidade contra a empresa JP PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, está já foi finalizada no mês de maio. Data e mês, estes que foi promulga o inicio da penalidade.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, entende-se ter ocorrido comportamento ilegal por parte da processada JP Produções e Eventos Eireli nos autos do pregão presencial nº 029/2022, buscando frustrar o regular andamento do certame, opinando-se pela aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar no Município de Campo Bom/RS, pelo prazo de 2 anos, nos termos do art. 87, III, da lei nº 8.666/93.

É o parecer para superior consideração.

Campo Bom/RS, 22 de maio de 2023.

Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015

De Acordo
23/05/2023
em
A C

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente contra razão, com efeito, para que seja dado provimento a decisão do Sr. pregoeiro em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa proponente contratação, classificada habilitada no presente certame.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.



SONORIZAÇÃO * ILUMINAÇÃO
PROJEÇÃO*PAINEL DE LEDS
ESTRUTURAS Q30 * GERADOR

Nestes Termos
P. Deferimento